

PL 8.523/2017

Autor: Aureo

Data da 05/09/2017

Apresentação:

Ementa: Institui o Indicador de Inclusão e o Prêmio de Inclusão para os

Municípios que sejam bem avaliados pela Lei 13.146, de 6 de

julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Forma de Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Apreciação: Art. 24 II

TextoDefiro parcialmente o Requerimento n. 3.240/2019, nos termos do art. 141 do RICD. Revejo o despacho inicial aposto ao

Projeto de Lei n. 8.253/2017, para incluir o exame apenas sobre a adequação financeira ou orçamentária pela Comissão de Finanças e Tributação, nos termos dos arts. 32, X, h, e 54 do

RICD. Publique-se. Oficie-se.

[ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL 8.253/2017: CPD, CFT (art. 54 do RICD) e CCJC (art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - art. 24, II, do RICD. Regime de Tramitação: Ordinário (art. 151, III, do RICD).]

Regime de tramitação:

Ordinária (Art. 151, III, RICD)

Em 11/02/2020